

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello Andréa Lourdes Monteiro Scabello Marina Brito de Oliveira Marques Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa Sarah Brandeburski Farias Gabiella Donato de Oliveira Lima Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)

Luana Marques Vieira

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

Guilherme Pantoja Alfaia

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

Victor Guilherme C Salgado

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

RESUMO: Localizada em Santana (AP), às margens do rio Amazonas, a Vila Elesbão se destaca pela paisagem cultural, onde é possível vivenciar uma experiência urbana e ribeirinha. Em um cenário de ocupação consolidada, sem auxílio do poder público, onde a população, de origem das ilhas do Pará e de outras localidades do estado do Amapá, transformou as dificuldades em conquistas. Neste sentido, o conhecimento prático dos construtores, produziu as construções nitidamente vinculadas ao saber vernáculo da Amazônia. O evidente (pode ser suprimido?) elo com passado em território urbano estabeleceu o forte interesse de investigação, e através de projeto de extensão “Planejando com a Comunidade”, foi possível executar a metodologia qualitativa e

quantitativa da pesquisa de suporte ao artigo em elaboração. Decorrente dos objetivos do projeto de extensão, após as análises e diagnóstico, foram elaboradas estratégias de intervenção na localidade, cinco propostas orientadas pela premissa de impacto mínimo ao modo de vida local. Contudo, a busca pela aproximação entre os saberes científicos e saberes tradicionais contribui à conciliação ambiental e tecnológica e prol de soluções próprias a cultura ribeirinha, e sendo assim a paisagem cultural da Vila Elesbão.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural; Espaços Públicos; Amazônia; Comunidades Ribeirinhas; Vila Elesbão.

URBAN INTERVENTIONS: THE PUBLIC SPACES IN THE CULTURAL RIVERSIDE LANDSCAPE OF VILA ELESBÃO (AP)

ABSTRACT: Located in Santana (AP), on the banks of the Amazon River, Vila Elesbão presents itself through the cultural landscape, where it is possible to engage an urban and riverside experience. In a scenario of consolidated occupation, without the aid of the public power, the population, originary of the islands of Pará and other localities of the state of Amapá, turned difficulties in conquests. In this sense, the practical knowledge of the builders,

produced such properties clearly linked to the vernacular knowledge of the Amazon. The evident link with past in urban territory established the strong interest of investigation, and through the project “Planning with the Community”, it was possible to carry out a quantitative and qualitative research methodology in support of the article under development. Following the objectives of the extension project, after analysis and diagnosis, strategies were developed for intervention in the locality, five proposals guided by the premise of minimum impact on the local way of life. However, the search for the approximation between scientific knowledge and traditional knowledge contributes to the environmental and technological conciliation and the development of own solutions to the riverside culture, and thus being the cultural landscape of Vila Elesbão.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Public spaces; Amazônia; Riverside Communities; Vila Elesbão.

1 | INTRODUÇÃO

Apesar da Amazônia concentrar grande reserva de recursos naturais, sendo o maior conjunto de florestas tropicais do planeta, existem cenários de pobreza e exclusão na paisagem das grandes cidades. Particular ao caso da cidade de Santana (AP), o acesso direto ao Oceano Atlântico por meio da foz do rio Amazonas viabilizou a instalação do Complexo Portuário de Santana, para dar suporte à atividade de mineração que acontecia no interior do estado a partir da década de 1980.

Doze anos mais tarde, em 1992 a inauguração da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana potencializou o contexto migratório de transferências de populações em busca de oportunidades. As populações fixaram residência próximo a tal eixo industrial, isto é, na Zona Portuária de Santana, onde fica a Vila Elesbão (ver Figura 01), em circunstância de ocupação irregular. O presente artigo se debruça sobre esse território, apresentando parte dos resultados obtidos na execução da pesquisa elaborada no âmbito das atividades do projeto de extensão “Planejando com a Comunidade” (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP).



Figura 01: Localização da Vila Elesbão

Base cartográfica: Google Earth, 2018. Elaboração: SALGADO, V., SILVA, V., YOSHIDA, S., 2018.

2 | VILA ELESBÃO

É contado pelos moradores mais antigos que o primeiro morador da comunidade tinha o sobrenome Elesbão, e dele o igarapé herdou o nome de origem. Esta história é contada há mais de 60 anos, estimando o tempo de ocupação da vila, resguardando a memória ribeirinha que faz desta comunidade relevante à cultura e expressão da típica paisagem às margens de rios na Amazônia (AMOBEL, 2016, p.06).

Segundo o IPHAN (2011, p. 12), entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950 as primeiras famílias chegaram, atraídas pelas propostas de povoamento e integração nacional dos antigos Territórios Federais, como foi o caso do Amapá (1943-1988). Naquele momento despontava um dos períodos de maior fluxo migratório da região de Macapá e Santana, por conta da exploração de minério e da ideia de modernização.

Mesmo que a indústria construísse moradias apenas para seus operários, ali ao lado da estrutura portuária e estrada de ferro, consolidava-se a Vila Elesbão (ver Figura 02) como uma comunidade às margens do rio Amazonas e do desenvolvimento econômico e industrial da época (IPHAN, 2011, p 05). A formação da vila situava-se em uma posição geograficamente privilegiada, as primeiras ocupações ocorreram a oeste, às margens do igarapé Elesbão, que parcelaram o solo para uso próprio, em especial para uso agroextrativista: extração de argila para produtos cerâmicos (TAKAMATSU, 2014, p. 46).

A ocorrência de construções palafíticas em madeira, autoconstruídas, delineava uma nova silhueta para aquela orla de Santana, as passarelas suspensas por pilotis interligam as habitações a terra firme e levam aos pequenos portos: atracadouros e píeres que alcançam as embarcações.

A criação do Estado do Amapá junto a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o município de Santana e conseqüentemente reconfigurou o território, permitindo a formalização dos limites do bairro Elesbão. o Plano Diretor Participativo de Santana (Lei Complementar nº002), que cumpriu as exigências do Estatuto da Cidade (2002) como ferramenta de cooperação de gestores e comunidades, determinou o zoneamento do perímetro urbano da cidade, o qual insere o bairro na Zona de Interesse Portuário 1 (ZIP-1).

Recentemente a Vila Elesbão formou a Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL) em função do desenvolvimento de atividades de mobilização e intervenção coletiva para resolver problemas comuns aos habitantes. Esta iniciativa liderada atualmente por Raimundo de Moraes Santos, procura oportunidades que revertam as vulnerabilidades e violência urbana com ajuda das autoridades de segurança pública do município de Santana, e o resgate dos jovens do bairro, incentivando o ingresso na educação de ensino superior ou mesmo nos ofícios da carpintaria naval, como forma de trabalho.



Figura 02: Paisagem urbana da Vila Elesbão

Legenda: (A) Habitação palafíticas com embarcação; (B) Vista aérea da Vila Elesbão. Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. 2018.

2.1 Paisagem cultural ribeirinha

Inicialmente, para introduzir as discussões de conceitos e métodos em relação à paisagem cultural, utiliza-se os trabalhos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre elaborações de normatizações que visam entender atuação do patrimônio cultural por meio de políticas públicas, considerando os debates em âmbito internacional e a produção acadêmica.

No que se refere à proteção da paisagem, o IPHAN utiliza da Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio da regulamentação estabelecida pela Portaria nº 127/2009. A chancela equivale a um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, gerando uma gestão compartilhada de determinado território. (IPHAN, 2009).

Importante citar o estudo sobre a paisagem cultural Vila de Elesbão, no Amapá,

que integra a produção dos primeiros estudos que o IPHAN realizou em relação a chancela de paisagem cultural. Segundo o IPHAN (2011, p. 13), a paisagem cultural é conceituada como uma porção do espaço que resulta das relações que os grupos sociais estabelecem com o ambiente; tais relações podem ser materializadas sob formas de marcas, e/ou através de valores que são atribuídos social e simbolicamente.

Sobre a paisagem da Vila de Elesbão (AP), o que se destaca não são suas implantações assentadas sob palafitas - comuns na região amazônica -, e sim, sua alta concentração de estaleiros navais na comunidade. A construção de barcos representa uma fração significativa da economia do próprio bairro, recebendo grande influência das atividades ocorridas na foz do Rio Amazonas. Grande parcela das embarcações de madeira, seja de transporte de carga ou de passageiros, são oriundas dos estaleiros da Vila de Elesbão. Deste modo, ela recebe estímulos por sua localização à beira-rio e por sua proximidade com dinâmica urbana da cidade de Santana. (IPHAN, 2011, p. 05).

A comunidade caracteriza-se morfologicamente, em sua maioria, por edificações palafíticas em madeira, que alcançam até três pavimentos, ligadas entre si através de passarelas de madeira. A conexão com o rio e do acesso simples aos recursos naturais é um dos exemplos de boa convivência com as condições naturais daquele local.

Ao analisar a identidade local, constata-se a forte relação dos moradores com a corpo hídrico do bairro, formado por rio e afluentes. É comum as crianças tomando banho no rio em qualquer horário do dia. Desse modo, é possível perceber o profundo apego, identidade e sentimento de pertencimento que os moradores carregam consigo. A relação de pertencimento é fortalecida através do (re)conhecimento mútuo percebida na relação de parentesco e entre os próprios moradores.

Ao observar detalhes na vida da comunidade e até mesmo na própria arquitetura local, identifica-se características análogas à dinâmica da carpintaria naval, das técnicas construtivas e dos barcos, materializados através da relação íntima do bairro em conjunto com a natureza, encontradas na paisagem ribeirinha da Vila de Elesbão.

De acordo com Nascimento e Scifoni (2010, p. 31 apud RIBEIRO, 2007) o que torna tal espaço relevante é sua característica de ser único e próprio de algum lugar - relevante no sentido que tais características se identifiquem num contexto espacial mais amplo. Características que lhe conferem uma identidade, inicialmente, representadas através de transformações que podem ser reconhecíveis e delimitáveis.

As transformações espaciais, no que se refere à morfologia da paisagem, podem significar e traduzir diferentes tempos. Tais transformações eternizam o modo de produção, o “saber-fazer” de determinada época. Assim, caracterizar uma paisagem como paisagem cultural requer métodos de identificação. Os estudos de identificação são imprescindíveis de noção de escala, da cartografia da paisagem, além das questões que envolvem a classificação da paisagem (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 33).

Através da chancela da paisagem estabelecida pelo IPHAN, um instrumento que reconhece o valor cultural de determinado lugar, evidencia sua relevância e o modo de vida local, através de variadas faces de sua função social, resultando no fomento da cultura da região. Por mais que a chancela tenha participação de atores, como o estado e o setor privado, as possibilidades de sucesso da chancela aumentam com a participação efetiva da própria comunidade organizada.

2.2 Espaços públicos na paisagem urbana

Os lugares conhecidos como espaços públicos na cidade recebem diferentes conceitos, mas eles sempre dizem respeito a algo coletivo. Neste sentido, é possível afirmar que estes são espaços de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto de pessoas que vivem numa cidade (ALBUQUERQUE, 2006, p.40). Uma vez que a urbe é o ambiente no qual estão inseridos estes espaços, pode-se dizer que os espaços públicos são um dos elementos que compõem a paisagem urbana das cidades, de acordo com os conceitos de Gordon Cullen (1990, p. 15).

Na presente discussão, também é considerado o conceito de Angelo Serpa (2007, p. 9), onde o espaço público seria o espaço da ação política ou ao menos da possibilidade dela, o espaço da reprodução de diferentes ideias de cultura por parte dos diversos grupos que o ocupam, onde haveria o relacionamento entre diferentes sujeitos e percepções. Também seria o espaço simbólico, de reprodução das diferentes ideias de cultura da “intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção dos espaços cotidianos”.

Segundo OLIVEIRA (2006, p. 27), a vida nas cidades amazônicas está ligada ao rio e a floresta, ou seja, à sua paisagem natural, que em comunidades como a do Elesbão também integram a paisagem cultural. A apropriação do rio pelos moradores, caracteriza uma dinâmica ribeirinha intensa, onde a relação com a paisagem vai além da contemplação e perpassa esferas mais íntimas e cotidianas, como pescar e banhar-se.

Para entender o espaço público – assim como interferir nele –, segundo LEITE (2004) apud CERQUEIRA (2004, p. 25), é preciso entender a relação entre dois processos interdependentes e simultâneos: a construção social do espaço, enquanto produtor e produto de práticas sociais. Sendo assim, compreender a dinâmica social da Vila Elesbão é um fator importante para a análise do espaço público.

A paisagem local – apesar de estar dentro contexto urbano – comporta tanto natureza quanto edificações, necessidades humanas e cultura, precisando para isso intervenções que visem o desenvolvimento da população e não somente a exploração econômica. É preciso trabalhar diretamente com a população, entender sua dinâmica social e cultural e, da mesma forma, as dinâmicas da natureza, a fim de criar espaços para a vida pública em toda sua dimensão e resgatar aspectos da cidadania com condições dignas de vivência (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Esta experiência paisagística corresponde a uma parcela do território urbano de

Santana, segregada de diversos equipamentos urbanos, mas também compreendida como o local onde é possível se aproximar do legado das primeiras ocupações urbanas do estado. Ali, os espaços públicos não se configuram como praças, largos ou bosques. Percebe-se a vida urbana ocorrendo em público, de casas sem quintais privados ou muros opacos. O rio Amazonas conduz a rotina dos moradores, ou seja, a beira-rio é o espaço de apropriação, um bem público, onde são desenvolvidas várias atividades do cotidiano.

Os espaços construídos pelos moradores na beira-rio atendem às demandas básicas de circulação, acesso e ocupação, mesmo sobre as águas. Utilizando a tecnologia de pilotis de madeira para composição de estruturas palafíticas, foram erguidas pontes, passarelas e edificações distantes de qualquer metodologia projetual, que envolvesse um programa de necessidades elaborado para instalação de espaços públicos de coesão social.

A análise das condições de vivência pública da Vila Elesbão se deu a partir da premissa de que os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. Portanto, são necessários lugares específicos e que tenham como propósito reunir pessoas no ambiente público, para que a socialização aconteça de forma mais democrática. (SENNET, 1988, p. 29)

Contudo, vale ressaltar que nesta pesquisa permitiu-se malear conceitos cabíveis a novas possibilidades de interpretação dos fenômenos identificados na Vila Elesbão. Pois a realidade a qual esta comunidade está inserida na Amazônia precisa ser reconhecida como legado genuíno das tradições ribeirinhas. Expõe-se a necessidade de continuidade de estudos e novos trabalhos que possam contribuir para valorização deste lugar de imensurável riqueza, bem como de incontáveis demandas.

Levando em consideração que os espaços públicos na Vila Elesbão são compreendidos pelas passarelas de acesso (em estado precário) e ao rio Amazonas – articulador e atrativo dentro da paisagem cultural e natural da vila para atividades de lazer -, é coerente afirmar que o espaço para ação política e trocas culturais dentro da comunidade está muito comprometido, fato que reverbera na baixa articulação social e política dentro da comunidade.

Carvalho (2015, p. 231), afirma que o Estatuto da Cidade foi um importante instrumento para pautar legislativamente a questão dos espaços públicos dentro da discussão de democratização da cidade. A partir disso, foi estabelecido normas de interesse social que regem a propriedade urbana a favor do bem coletivo, segurança, bem-estar e equilíbrio ambiental – pontos que foram cruciais para a elaboração tanto da presente análise dos espaços da Vila quanto para a proposta elaborada pelos autores.

Segundo Oliveira (2006, p. 29), as novas ações a serem implementadas na Amazônia, enfatizando as pequenas cidades – que é o caso de Santana – deveriam contribuir para superar a visão caricatural de que a região é apenas fonte de recursos. É necessário levar condições de urbanidade, articulando políticas públicas que realizem

intervenções nos espaços a fim de torna-los de fato um lugar de pessoas, lugares onde a interação social possa se desenvolver de forma plena, conferindo coletividade e pertencimento e não sendo apenas área de circulação.

3 | PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos na execução da pesquisa elaborada no âmbito das atividades do projeto de extensão Planejando com a Comunidade (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP), durante o período de outubro, novembro e dezembro de 2017 até janeiro de 2018 na Vila Elesbão, projeto o qual os autores deste artigo atuaram como pesquisadores. Este projeto objetiva investigar as áreas de ocupações populares de Macapá e Santana, a fim de criar possibilidades de novos estudos acadêmicos nestes municípios.

3.1 Execução da pesquisa

A coleta de dados utilizou o procedimento de entrevista com aplicação da “Enquete sobre uso e satisfação em espaços públicos e hábitos de vida relacionados a alimentação no Elesbão – Santana”. As 52 questões elaboradas estavam categorizadas em: perfil dos residentes, tempo de ocupação do morador, características físicas e usos da habitação, características das vias públicas, características físicas e usos do terreno da habitação, usos dos espaços públicos e suas relações sociais e de lazer, e hábitos de vida relacionados à alimentação.

A aplicação das entrevistas foi realizada por 26 estudantes de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP participantes do projeto, junto ao Presidente da associação de moradores e jovens moradores do bairro, sendo 15 voluntários. A equipe total somava 47 integrantes, entre estudantes, moradores, a professora orientadora e um funcionário do Ministério Público Estadual. Uma das dificuldades na aplicação de entrevistas em ocupações populares acontece por atividades desse tipo requererem grande capacidade de organização e negociação com os moradores, contudo a comunidade em questão estava preparada para atender aos pesquisadores, o que foi um ponto chave para o êxito da coleta de dados.

3.2 Resultados

Dentre os mais de 50 gráficos elaborados, foram escolhidas sete perguntas de significativo impacto às intenções projetuais para comentários neste artigo. Foi possível comprovar e evidenciar, de acordo com os resultados que naquela região da orla de Santana é habitada há mais de 30 anos (50%), e a maioria da população entrevistada corresponde a esse contingente. Em seguida mais de 20 anos (17%), mais de 10 anos (9%), menos de 10 anos (9%), menos de 05 anos (9%) e menos de 01 anos (6%). Percebe-se o declínio de perspectivas de expansão da comunidade

demograficamente.

A demanda de pessoas portadoras de deficiência admite a necessidade de suporte para mobilidade, logo, a qualidade dos espaços de circulação é um fator preponderante, embora as passarelas nem se quer apresentem guarda-corpo. Apesar de 7 famílias terem pessoas com deficiência em casa, apenas 4 famílias (13%) viabilizam o acompanhamento especializado.

Falando em mobilidade, a forma de transporte predominantemente utilizada pelas famílias (34%) é a bicicleta, apesar de não haver ciclovias dentro do bairro ou em seu ramal de acesso. Em seguida as motocicletas com 22% de utilização, e devido a expressiva relevância da carpintaria naval na vila, 15% das famílias utiliza embarcações para navegação. Os carros apresentaram 17% de utilização e os ônibus coletivos com 11%, devido à dificuldade de acesso às paradas.

Os dados referentes aos tipos de casas identificadas na Vila estabeleceram forte elo com as relações do programa de necessidades do projeto, tal qual para o partido arquitetônico desempenhado. As construções em madeira ou alvenaria ou de caráter misto e o tipo de ambiente onde a habitação está inserida, este dado revelou as condições do habitat de permanência das famílias. Predominantemente a paisagem é composta por casa construídas em madeira e em área alagada, 65% dos casos (35 famílias). Continuando em áreas alagadas, 5% (3 casos) construíram em alvenaria e 17% escolheu mesclar os materiais (9 casos).

As variedades de acessos as casas ou terrenos estabeleceram um comparativo relevante com os hábitos de outras regiões da mesma cidade, onde não é o rio uma das vias. Em 65% dos casos o acesso às casas ocorre por pontes palafíticas em madeira, sendo assim, é necessário prestar acessibilidade a essas estruturas tanto para cadeirantes quanto ciclistas. Em seguida 11% dos casos tem acesso por via alagada sem pontes, 9% dos casos por via seca, outros 9% por via pavimentada e 7% declarou outro acesso, que seria o realizado através de píeres ou atracadouros.

O grau de satisfação com o bairro foi surpreendentemente alto (66%). A interpretação e relatos dos moradores descreve a relação com a natureza e realidade pacata da vila como os principais fatores de escolha desta variável. Os outros 29% declararam insatisfação com o bairro, 3% muito satisfeitos e demais 2% são indiferentes. Vinculado a este dado, a percepção sobre a paisagem urbana do bairro, como uma questão da enquete nas entrevistas, obteve-se 80% de agrado com a paisagem urbana da Vila. Este dado qualitativo reafirma a preferência dos moradores em permanecer na vila, uma vez que apesar das dificuldades de acesso a equipamentos urbanos, existe pertencimento. Cerca de 16% dos entrevistados analisou a paisagem como ruim, por razões de infraestrutura e coleta de lixo, os outros 4% não souberam responder.

4 | PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA ORLA RIBEIRINHA

Foram propostas ao todo 5 tipos de estratégias de intervenções nos limites da orla da Vila Elesbão (ver Figura 03). As propostas previam o mínimo de impacto, tanto para o ambiente natural, quanto para a dinâmica das pessoas com o lugar. Focaremos nas propostas de intervenção relativo aos espaços de sociabilidade no bairro. As análises realizadas durante o período de investigação sobre o Elesbão proporcionaram a ampliação das percepções e imagens de um espaço cuja suas feições apresentaram traços de uma paisagem cultural ribeirinha, que recebe influências da dinâmica urbana que advém do restante da cidade de Santana. Porém, com escassos espaços para socialização de uma diversidade ampla de atores.

Assim, pensar em estratégias de fortalecimento da relação dos moradores com a paisagem local, juntamente, pensar o revigoramento da própria relação intersocial da comunidade, promoveram reflexões acerca da vitalidade do lugar. Tais reflexões resultaram em estudos, produções projetuais, com o intuito de promover a viabilização de equipamentos e serviços para o local, colaborando, dessa forma, para a manutenção da vida em comunidade (ver Figura 03).



Figura 03: Localização das intervenções do projeto na Vila Elesbão

Base cartográfica: Google Earth, 2018. Elaboração: ALFAIA, G., SALGADO, V., SILVA, V., VIEIRA, L., YOSHIDA, S., 2018.

Foram propostas para paisagem da Vila de Elesbão, estruturas como um

atracadouro, varandas coletivas e hortas comunitárias para priorizar as relações em comunidade, em relação as pontes e travessias - que também não deixam de ser áreas de vivências e que são usadas pelos moradores como tal - foram planejadas algumas adequações acerca da acessibilidade, conciliando de forma funcional com o abastecimento público. Onde as pontes e travessias iriam conduzir as estruturas de distribuição dos serviços para as residências, além da inclusão de iluminação pública eficiente.

4.1 Pontes e travessias

As pontes se apresentam como as primeiras formas de acesso às edificações. Também é onde usualmente acontece a vivência, a passagem e servindo também como espaço público, precisando ser reestruturado. Pensou-se para o projeto, numa estrutura mista composta por uma estrutura de concreto e ferro e seu forramento de madeira, assim, aumentando sua durabilidade, além de ter novas e maiores dimensões.

4.2 Atracadouro

No que diz respeito à orla da Vila Elesbão, composta em sua maioria por residências e estaleiros. O acesso para essas edificações, além das pontes, acontece através do rio, por meio de píeres, instalado junto às edificações. Os píeres instalados apresentam um caráter privativo, conseqüentemente ocorre uma ausência de acessos público do rio para o próprio bairro, seja por um píer ou mesmo um espaço para passageiros.

Relacionou-se a falta de um espaço público para receber embarcações com a paisagem de orla marítima. Por conseguinte, propõe-se um espaço que promovesse dar continuidade ao fluxo interno através de um atracadouro, que resultaria na interligação ao sistema de mobilidade, composto pela oferta de serviço de aluguel de bicicleta. Além, por consequência, virar um espaço de permanência e/ou passagem ampliando o acesso aos serviços do bairro.

4.3 Varandas coletivas

Com a ausência de espaços de sociabilidade dentro do bairro, apesar de que na maioria das casas a presença de varandas se torna uma característica que deve ser destacado. Porém não é suficiente, então a criação de áreas verdes ou áreas de lazer se tornou um ponto indispensável dentro dos estudos feitos. Totalmente adaptado ao ambiente natural, as áreas de lazer estrategicamente implantado para descanso e contemplação, tornando-se um importante lugar de reuniões e fomento de sociabilidade.

4.4 Hortas comunitárias

No Elesbão, existe uma notável produção agroextrativista, ao mesmo tempo que funciona como agricultura de subsistência, a produção realizada no bairro estimula

a economia local, tanto do bairro quanto da cidade de Santana. Como estratégia de desenvolvimento e estímulo para a socialização na comunidade, foi proposto a criação de hortas comunitárias espalhadas pelo bairro. Cada horta recebe um número determinado de pessoas que cuidam de uma variedade de produtos que são produzidos. Ressalta-se o envolvendo de muitas famílias neste trabalho.

5 | CONCLUSÃO

A amazônia brasileira, além de ser conhecida mundialmente por suas riquezas naturais, é um território cada vez mais urbano e denso, repleto de complexidades que vão além do mito de uma floresta intocada. A segunda maior cidade do estado Amapá, Santana, enfrenta problemas urbanos de profunda ligação com contexto socioeconômico da maior parcela da população.

Ao contrário das outras ocupações palafíticas encontradas em áreas úmidas ou orla fluvial de Santana, a comunidade ribeirinha que habita a Vila Elesbão manifestou elevado grau de satisfação com o bairro (69%) e não pretende abandoná-lo, o que é validado pelo fato de 50% dos entrevistados habitarem há mais de 30 anos no local. Apesar destes resultados, a população anseia por melhores condições de infraestrutura urbana. Foi apontado alto grau de precariedade das vias palafíticas, sendo que este é o principal modo de acesso e circulação no bairro (64%), situação agravante quando percebido o quantitativo de portadores de deficiência por família.

Prevendo causar o mínimo de impacto às dinâmicas do bairro, as cinco estratégias de intervenção urbana elaboradas foram apresentadas à comunidade da Vila Elesbão. Este exercício de confronto de perspectivas provocou a abertura de novos olhares para as expectativas da comunidade com o bairro. A principal reflexão resumiu-se ao temor por apropriação de pessoas externas dos espaços da comunidade, ao pôr em questão a possibilidade fixação de estruturas de interesse turístico, uma vez que a principal forma de ocupação é habitacional e os moradores prezam pelo sossego e tranquilidade alheios aos ruídos desconfortáveis da cidade.

Embora a intenção também seja fazer deste estudo uma ferramenta de suporte para os moradores, é necessário avançar rumo à conciliação urbanística, ambiental e tecnológica, que envolve dificuldades intrínsecas às propostas de melhoria de qualidade de vida urbana, tratando-se da busca por compatibilização e integração de rios e cidades. Vale ressaltar agradecimentos à todos envolvidos com o projeto de extensão, e declarar a continuidade da busca por aproximação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais da comunidade em prol soluções próprias à cultura ribeirinha.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Z. A. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfose: estudos dos parques urbanos** 13 de Maio, Recife – Brasil e do Tiergarten, Berlim – Alemanha. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ELESBÃO – AMOBEL. **História e Memória da Formação do Bairro do Elesbão em Santana-AP**. Santana, AP. 2016.
- CULLEN, Gordon; DE MACEDO, Carlos Lemonde; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana**. Edição 70. Lisboa, 1990 (Original publicado em 1983).
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Instrução técnica com vistas à chancela da Paisagem Cultural da Vila do Elesbão/Carpintaria Naval**. Macapá, AP. 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria no 127 de 30/04/2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Reflexões Sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília, 08/2011.
- NASCIMENTO, Flavia; SCIFONI, Simone. **A Paisagem Cultural como Novo Paradigma para a Proteção: A Experiência do Vale Ribeiro-SP**. Revista CPC, n. 10, p. 29-48. São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, José A. D. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Ciência e Cultura, 58(3), 27-29. 2006
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. **Lei complementar nº002 – Plano Diretor Participativo de Santana**. Santana, AP. 2006.
- RAMALHO, António L. **Urbanismo – Retratos Urbanos**. 1 ed. Póvoa do Varzim: Caleidoscópio, 2004.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.
- TAKAMATSU, Patrícia H. T. **Arquitetura vernacular: estudo de caso Vila do Elesbão-Santana-AP: análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação**. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

